

PMDB ameaça

DESCONTENTAMENTO DO PARTIDO PODE DIFICULTAR



A rebelião no maior partido de apoio ao governo no Congresso — o PMDB — contra o rateio de cargos e verbas ameaça a votação do plano econômico e o sucesso do primeiro teste, hoje, do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), confirmou ontem que pedirá urgência máxima para a votação de projetos que integram o plano econômico do governo, encalhados há um mês nas comissões técnicas. “Já podemos colocar em teste a base do governo”, arriscou Freire. Para o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), porém, os pedidos de urgência serão disputados “voto a voto”, no plenário.

No mesmo pacote, o governo quer votar o polêmico projeto que regulamenta a cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), com o qual o ministro conta para fechar sua contabilidade sem déficit no final do ano. O projeto aguarda há mais de dois meses um espaço na fila da pauta de votações. A cada mês, o governo estaria perdendo US\$ 600 milhões, segundo a estimativa de arrecadação.

Na avaliação de Freire, a crise ministerial que antecedeu a troca do ministro da Fazenda emperrou a votação do plano econômico. “É evidente que os parlamentares refletiam a indefinição do governo: a reforma ministerial repercutiu na disposição da base política”, afirmou o líder. Freire reiterou que a troca de ministro da Fazenda não altera a prioridade pedida pelo governo para os projetos do plano econômico e do IPMF. “A entrada de Fernando Cardoso não muda

a correlação de forças no Congresso, mas aumenta a credibilidade do governo na sociedade, e isso reflete aqui”, calculou, confiante.

Projetos

Mas o primeiro teste da base governista desde a aprovação da emenda constitucional que criou o IPMF, há dois meses, enfrenta uma ameaça de rebelião de governadores do PMDB, insatisfeitos com a falta de repasse de verbas, e de parlamentares irritados com o atraso nas nomeações para cargos no segundo escalão do governo.

As resistências atingem os mais importantes projetos incluídos no plano econômico, aqueles que têm algum efeito prático no dia-a-dia da economia. Um exemplo disso é o projeto que amplia participação de capital estrangeiro na compra de empresas estatais até 100% das ações. A previsão é de que esse projeto não terá aprovação pacífica. “Vai ter disputa”, admitiu o líder Roberto Freire. A chamada lei antitruste, que impõe normas mais rígidas contra o abuso do poder econômico, também não tem chance de ser votado apressadamente, segundo o relator, José Carlos Aleluia (PFL-BA).

“Além de não ajudar a combater a inflação, um projeto que fixa pena de três anos de cadeia para o empresário que negar ou retardar informações ao Conselho de Defesa Econômica não pode ser votado às pressas”, ponderou. Aleluia culpou o governo pelo atraso do debate: “Não tem cabimento pedir urgência para o projeto depois que os próprios representantes do Executivo faltaram à reunião para debater a proposta”.

Marta Salomon/AE

VOTAÇÃO DE MEDIDAS DO PLANO ECONÔMICO DO GOVERNO

votação do IPMF